Tecsoil Automação e Sistemas S.A.

CNPJ nº 12.456.600/001-15

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto							
Balço patrimonial		Nota		2023		2022		2023		2022	
Balço patrimonial				Balço patrimonial				Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto			
Ativo/Circulante				Passivo e patrimônio líquido/Circulante				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	8	77.013	41.441	Fornecedores	16	20.026	15.454	Resultado antes do IR e da CS	(27.12)	(109.811)	
Títulos e valores mobiliários	9	29.304	-	Salários e férias a pagar	17	24.516	25.272	Resultado antes do IR e da CS	(27.12)	(109.811)	
Contas a receber de clientes	10	39.542	40.625	Empréstimos e financiamentos	18	84.843	115.760	Resultado antes do IR e da CS	(27.12)	(109.811)	
Estoques	11	25.525	35.916	Passivo de arrendamento	14	1.297	1.859	Resultado antes do IR e da CS	(27.12)	(109.811)	
Instrumentos financeiros derivativos	12	15.496	11.128	Tributos parcelados	1	1.002	2.059	Resultado antes do IR e da CS	(27.12)	(109.811)	
Tributos a recuperar	13	1.378	2.092	Outros passivos	16	20.026	15.454	Resultado antes do IR e da CS	(27.12)	(109.811)	
Partes relacionadas	7	-	3.640	Total do passivo circulante	162.209	174.505					
Outros ativos		1.378	2.092	Non-Circulante							
Total do ativo circulante	188.741	136.338		Salários e férias a pagar	17	10.267	5.225				
Non-Circulante				Empréstimos e financiamentos	18	284.201	282.059				
Contas a receber de clientes	10	1.485	2.064	Passivo de arrendamento	14	7.297	10.595				
Títulos e valores mobiliários	9	17.227	22.367	Tributos parcelados	1	1.002	2.059				
Tributos a recuperar	12	15.705	14.746	Outros passivos	16	20.026	15.454				
Outros ativos		390	109	Total do passivo não circulante	302.767	191.798					
Imobilizado	13	125.059	137.432	Total do passivo	484.976	366.303					
Direito uso	14	10.267	6.410	Total do passivo e patrimônio líquido	452.818	376.957					
Intangível	15	83.787	57.491								
Outros ativos		264,077	240,619								
Total do ativo não circulante	452,818	376,957									
Total do ativo	452,818	376,957									
Notas explicativas às demonstrações financeiras											
1. Contexto A Tecsoil Automação e Sistemas S.A., ("Solinftec" ou "Companhia") é uma sociedade limitada com o capital fechado constituída em 13/08/2011, sediada na cidade de Aracatuba, na Avenida Brasília, nº 2.211, sala 306 a 317, Jardim Nova Torque, e Filial na cidade de Aracatuba - SP, s/n Rua Abrahão Vinos, nº 242, Jardim Condiária II. A Companhia tem por finalidade o fornecimento da plataforma digital Alice AI, que possui tecnologias avançadas de alta performance para produtores agrícolas, com o objetivo de apoiar e facilitar a solução de seus clientes, oferecendo soluções personalizadas para cada caso. A Companhia atua no ramo de desenvolvimento de software e soluções de automação, com foco em soluções para o setor agrícola. O fornecimento dessas soluções sustentadas pela inteligência artificial, também são suportadas por equipamentos e sensores de campo, pluviômetros, estações meteorológicas, bem como outros monitoramentos e rastreamentos, que garante à Alice AI a autonomia para dar soluções em insights de gestão, logística, rastreabilidade, agronomia e robótica. A Companhia lançou recentemente mais uma nova solução de monitoramento, o robô batizado de Solix®, que tem capacidade de captar imagens de toda a planta, um diferencial em relação a tecnologias de monitoramento via satélite, que, por captarem imagens aéreas, muitas vezes não registram pragas escondidas debaixo das folhas. Solução financeira: No exercício findo em 31/12/2023, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 27.012 (R\$ 109.811 em 2022), possui prejuízos acumulados em 31/12/2023 no montante de R\$ 330.056 (R\$ 303.044 em 31/12/2022) e patrimônio líquido negativo de R\$ 125.059 em 31/12/2023. Em 31/12/2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 26.533, diferente do cenário apresentado no exercício findo em 31/12/2022, cujo capital circulante líquido era negativo no montante de R\$ 38.167. O cenário do exercício de 2022 estava atribuído, substancialmente, à estratégia de continuidade e expansão das operações, com o objetivo de atingir metas verticais ("grãos e fibras") e "perenes", além do lançamento e maturação da solução de <i>Robotic Systems</i> . O modelo de negócio da Companhia prevê investimentos de curto prazo para aquisição de recebíveis de longo prazo, no sentido de que novos clientes adquiridos pela Companhia demandam investimentos significativos na aquisição de hardwares e despesas de implantação para que seja possível a utilização de equipamentos fazendas dos clientes monitoradas pela digitalização. Uma vez implantada a nova tecnologia na fazenda, são gerados recebíveis de, em média, 60 meses de contratos. Com isso a Companhia consegue garantir uma receita recorrente para o longo prazo que faz frente aos investimentos realizados no curto prazo. Em 31/12/2023, a Companhia encerrou o ano com R\$ 287.987 de receita recorrente anualizada contratada ("ARR" ou Annualized Recurring Revenue), tendo adicionado R\$ 17.744 de ARR em novos contratos ao longo do ano. 2. Base de preparação das demonstrações financeiras Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24/04/2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e confirmadas pelo Comitê de Administração na sua gestão. Detalhes sobre os principais pontos contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota explicativa nº 6. 3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o maior valor provável, exceto quando indicado de outra forma. 4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são inerentes a qualquer método contábil. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 10 - Contas a receber de clientes (provisão para ajustes de avaliação); • Nota explicativa nº 11 - Contas a receber de clientes; • Nota explicativa nº 14 e 6(g) - determinação do prazo do arrendamento; se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação; • Nota explicativa nº 15 e 6(f) - Intangível (mensuração dos gastos capitalizáveis); b) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 13 e 6(f) - Vida útil de ativo imobilizado; • Nota explicativa nº 14 e 6(g) - determinação do prazo do arrendamento; determinação da taxa de desconto de passivos de arrendamento; • Nota explicativa nº 15 e 6(f) - Intangível (Determinação da vida útil e principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento); e • Nota explicativa nº 17 e 6(b) - Plano de incentivo de longo prazo (Determinação do período de espera e principal premissa em relação aos benefícios a serem provisionados com base nos contratos). Mensuração a valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia regularmente revisa todas as mensurações significativas de valor justo através de dados não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se a mensuração de ativos e passivos financeiros e não financeiros for baseada em evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do IFRS e, inclusive, o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações foram realizadas. O método de mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em sua avaliação baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e identidades; • Nível 2: inputs, exceto 2% preço cotados no nível 1, que não são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as diferenças entre níveis de hierarquia do valor justo em suas demonstrações financeiras em que ocorrem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros. 5. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando observado critério diferente) e ajustadas para o custo de mercado de ativos e passivos mensurados a valor justo considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pela norma contábil. 6. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma nos casos indicados em contrário. a) Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos não denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio existente na data de aquisição dos ativos e passivos. Os resultados de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de benefício conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado pelo empregado. O custo do benefício não é estimado de maneira confiável. b) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Receita de multas de quebra de contrato; • Despesa de juros e encargos; • Despesa de descontos concedidos; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas resultado pela competência. c) IR e CS: O IR e a CS do exercício corrente são calculados com base nas aliquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. d) Despesas de IR e CS corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como o ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. e) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. f) Benefícios a empregados: O benefício de longo prazo a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como o ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. g) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. g) Benefícios a empregados: O benefício de longo prazo a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como o ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. h) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. h) Benefícios a empregados: O benefício de longo prazo a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como o ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, e consequentemente, quando aplicável, compensação de prejuízos e lucros negativos de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) Despesas de IR e CS diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças											

★ continuação

Custos	2021	Adições	Baixas	Provisão impairment	Transferências	2022
Marcas e licenças adquiridas	255	22	-	-	-	277
Produtos desenvolvidos - Softwares e Hardwares	25.536	2.370	(2.636)	-	7.766	33.036
Desenvolvimento de soluções em andamento	30.738	36.473	(9.323)	(8.775)	(7.766)	41.347
	56.529	38.865	(11.959)	(8.775)	-	74.660

Amortização	2021	Adições	Baixas	Provisão impairment	Transferências	2022
Produtos desenvolvidos - Softwares e Hardwares	(11.051)	(6.118)	-	-	-	(17.169)
	(11.051)	(6.118)	-	-	-	(17.169)
	45.478	32.747	(11.959)	(8.775)	-	57.491

O intangível de desenvolvimento de soluções é composto substancialmente por gastos de mão de obra técnica especializada, desenvolvedores, engenheiros, entre outros profissionais dedicados unicamente ao desenvolvimento de novos produtos e soluções. Estes ativos são registrados ao custo, deduzidos da amortização acumulada. A vida útil estimada destes projetos é de 5 a 8 anos e a amortização é realizada de forma linear a partir do início das operações comerciais que incluem estes novos produtos e soluções. A amortização dos custos de desenvolvimento é alocada aos custos dos produtos vendidos e serviços prestados. **Provisão para redução ao valor recuperável:** De acordo com o CPC 01 e IAS 36 "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo intangível que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. No exercício findo em 31/12/2023, a Administração da Companhia revisou sua estratégia em relação aos projetos de desenvolvimento de soluções que estavam em andamento e registrou um estorno de provisão para *impairment* no montante de R\$1.137 da provisão anteriormente constituída no montante de R\$8.775. Em 2022 foi constituída provisão para projetos paralisados que não receberam investimentos significativos durante aquele exercício. Em 2023, o estágio de desenvolvimento de parte dos projetos foi retomado, justificando a reversão parcial da provisão. Adicionalmente foi registrada uma baixa no montante de R\$11.959 em 2022 referente a projetos descontinuados durante o exercício. Para o saldo remanescente a Companhia testou o valor recuperável de sua unidade geradora de caixa (UGC) e não identificou a necessidade de provisão adicional. A Companhia realiza suas projeções futuras com base nas suas expectativas de receitas e despesas projetadas para 5 anos pautadas no plano de negócio da Companhia, considerando os efeitos inflacionários de cada período, trazidos a valor presente com base na sua taxa interna de retorno em base nominal.

16. Fornecedores:	2023	2022
Fornecedores nacionais	19.078	15.003
Partes relacionadas (Nota 26)	510	415
Fornecedores externos	408	36
Outros fornecedores	30	-
	20.026	15.454

17. Salários e férias a pagar:	2023	2022
Salários e ordenados a pagar	3.160	2.524
Pró-labore	169	118
Férias	7.109	8.191
INSS	3.308	2.770
FGTS	515	1.002

18. Empréstimos e financiamentos:	2023	2022
Modalidade		
CCB - Cédula de Crédito Bancário	Reais	4,56% a 8,5% CDI
CCB - Cédula de Crédito Bancário	Reais	12,68% CDI
CCB - Cédula de Crédito Bancário	Reais	11,37% a 23,14% -
CRA I - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	Reais	4% CDI
CRA II - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	Reais	7,64% a 9,19% IPCA
CRA III - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	Reais	4,25% IPCA
CRA IV - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	Reais	5,50% CDI
CRA IV - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	Reais	5,50% IPCA
ACC	USD	5,30% a 5,50% -
FINIMP	USD	5,85% -
Cessão de crédito de fornecedores (i)	Reais	29,13% -
Total		
Circulante		
Não circulante		

(i) Refere-se a operações de risco acordado junto ao Banco Itaú, onde a Companhia contrata tais operações para alongamento dos pagamentos junto a seus fornecedores. A - Aval de sacionado; B - Aplicação financeira; C - Recebíveis.

CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio: A Companhia assumiu compromissos financeiros oriundos dos contratos de prestação de serviços de software, no qual constituíram lastro e foram vinculados aos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Foram realizadas três emissões pela Companhia tendo como lastro os CDCA ("Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio") emitidas pela Companhia. A distribuição do CRA I e CRA II foram realizadas pela GAIA SECURITIZADORA S.A., e a distribuição do CRA III foi realizada pela TRUJE SECURITIZADORA S.A. Em 15/10/2023, foi assinado o CDCA ("Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio") para distribuição do CRA IV operado pela OPEA SECURITIZADORA.

a) Movimento de empréstimos e financiamentos:	2023	2022
Saldo inicial:	297.819	233.800
Captações:	187.339	121.955
Pagamento de principal:	(132.760)	(66.964)
Juros incorridos:	44.379	38.148
Juros pagos:	(27.274)	(28.719)
Variação cambial:	(459)	(401)
Saldo final:	369.044	297.819

b) Covenants:	2023	2022
(+) Empréstimos e financiamentos	369.044	297.819
(-) Caixa e equivalentes de caixa	77.013	41.441
(-) Títulos e valores mobiliários	46.531	22.467
Dívida líquida	245.500	234.011
ARR (i)	287.987	270.153
Dívida Líquida/ARR	0,85	0,77
Índice do Covenants	1,00	1,50

(+) Empréstimos e financiamentos
 (+) Passivo de arrendamentos - instituições financeiras
 (-) Caixa e equivalentes de caixa
 (-) Títulos e valores mobiliários
Dívida Líquida
EBITDA (ii)
Dívida Líquida/EBITDA
Índice do Covenants - CRA IV
 (i) ARR: Annual recurring revenue - Faturamento anual de receitas.
 (ii) EBITDA: lucro líquido apurado antes das despesas ou receitas financeiras, provisão para IR e CS, depreciações e amortizações e equivalência patrimonial. Adicionalmente, não foram consideradas despesas e receitas não recorrentes relativas a exercícios anteriores e phantom share. **19. Provisão para demandas judiciais:** A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Tecsoil Automação e Sistemas S.A.					
	2023	2022		2023	2022
Outros	3	31			
Provisões de bônus	11.130	10.586			
Outras provisões (i)	9.389	5.225			
	34.783	30.497			
Circulante	24.516	25.272			
Não circulante	10.267	5.225			

(i) Provisão refere-se à Plano de incentivo de longo prazo com pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (Phantom Stocks) da alta administração e pessoas-chave da Companhia. a) Plano de incentivo de longo prazo: O plano de incentivo de longo prazo adotado pela Companhia concede opções de phantom stocks a diretores executivos ou estatutários e membros do Conselho de Administração da Companhia e suas Afiliadas, bem como administradores, consultores, empregados e outras pessoas estratégicas. As phantom stocks são unidades representativas de direitos econômicos que os beneficiários do programa terão direito de exercer em um evento de liquidez e desde que a condição do vesting tenha sido devidamente satisfeita. As opções serão exercíveis na ocorrência de um evento de liquidez. Nesse caso, o beneficiário recebe um prêmio, que será calculado multiplicando o número de phantom stocks vestidas pela diferença entre o preço de outorga da phantom stock ao beneficiário em questão e o valor de uma ação de emissão da Companhia. Caso contrário, as opções prescrevem. A condição do vesting é manter-se vinculado como administrador, empregado ou colaborador da Companhia ou suas controladas, controladora ou sob controle comum ("Afiliada") durante o período de aquisição, que seguirá, salvo se estabelecido de forma diversa no contrato com o beneficiário, o seguinte cronograma: (i) 12/48 avos das phantom stocks outorgadas serão vestidas após 12 meses contados da assinatura do contrato com o respectivo beneficiário; e (ii) 1/48 avos das Phantom stocks outorgadas serão vestidas a cada mês entre o 13º e 48º mês contados da assinatura do contrato com o beneficiário. Não houve alterações no plano durante 2023 e 2022. **Movimentação durante o exercício:** A tabela a seguir apresenta o número (Nº) e média ponderada do preço de exercício (MPPE) e o movimento das opções de ações durante o exercício:

	2023	2022		
QTDE	MPPE (R\$)	QTDE	MPPE (R\$)	
Em aberto em 1º de janeiro	681.220	38,48	540.132	29,24
Outorgadas durante o exercício	-	-	411.088	58,78
Vencidas durante o exercício	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício	-	-	-	-
Em aberto em 31/12	681.220	38,48	681.220	38,48

Conta	Índice	Saldo (R\$)	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata	CDI	71.052	13,04%	14,34%
Títulos e valores mobiliários	CDI	46.531	13,04%	14,34%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(136.667)	13,04%	14,34%
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(199.011)	4,62%	5,08%
Instrumentos financeiros derivativos - Swap de juros	CDI	42.850	13,04%	14,34%

Fonte: A informação da CDI foi extraída da base da CETIP e o IPCA junto ao IBGE.
 v) **Risco cambial:** O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos da Companhia ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia está exposta ao risco cambial nas operações estrangeiras decorrente das diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e a respectiva moeda funcional da Companhia. A moeda funcional é o Real (R\$). As moedas nas quais as transações da Companhia são primariamente denominadas são: Real (R\$) e Dólar Americano (USD). A Companhia não realiza hedge accounting, e não possui política predefinida para realização de hedge de fluxo de caixa. As operações de hedge de fluxo de caixa são realizadas pontualmente de acordo com análise do fluxo de caixa para proteção dos contratos com liquidação futura em moeda estrangeira. Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real e USD contra todas as outras moedas em 31/12/2023, teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras. Abaixo são demonstrados os possíveis impactos no resultado e nos fluxos de caixa futuros da Companhia para cada cenário descrito a seguir: • Cenário I: apreciação de 10% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário II: apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável:

	2023	2022
Cotação do dólar (i)	4,8413	5,3252
Clientes exterior	2,286	229
Adiantamento a fornecedores externos (ii)	4.201	420
Fornecedores externos	(408)	(41)
ACC	(7.066)	(707)
Exposição (cobertura) Cambial	(987)	(99)
(i) Conforme cotação do dólar norte-americano pelo Banco Central do Brasil - BACEN. (ii) Adiantamento a fornecedores externos mencionado na NE 14 - Imobilizado. (vi) Gestão de capital: A política de gestão de capital da Administração é manter uma base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora a dívida líquida e sua relação com o capital próprio.		

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	(369.044)	(297.819)
Caixa e equivalentes de caixa	77.013	41.441
Títulos e valores mobiliários	46.531	22.367
Dívida líquida	(245.500)	(234.011)
Patrimônio líquido	(12.158)	10.654
Patrimônio líquido e dívida líquida	(257.658)	(223.357)

IR e CSL diferidos (não constituídos) sobre diferenças temporárias:
 Provisão para perdas de contas a receber: 278 (1.202)
 Atualização monetária: 1.598 (379)
 Receita diferida - adiantamento de clientes: 2.384 -
 Arrendamentos - IFRS 16: 3.852 -
 Provisão para impairment: (388) (4.031)
 Outras provisões: 570 (92)
8.294 (3.200)

Em 31/12/2023, a Solinftec possui créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de IR e CS e diferenças temporárias dedutíveis não contabilizados no montante de R\$110.923 (R\$96.727 em 2022). Os prejuízos fiscais e base negativa de CS não possuem prazos prescricionais e suas compensações estão limitadas a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. Os benefícios do IR e CS, no montante estimado de crédito tributário e diferenças temporárias dedutíveis, serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, uma vez que a Solinftec ainda não atende aos requisitos estabelecidos, por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

Contador	
Jefferson de Lima Belli - CRC 1SP212663/0-5	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
 alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

ros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:
Ativos
 Caixa e equivalente de caixa: 8 77.013 41.441
 Contas a receber de clientes: 10 41.027 42.689
 Títulos e valores mobiliários: 9 46.531 22.367
 Mútuo financeiro: 26 - 3.640
Total: 164.571 110.137
 iii) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros:

	2025	2026	2027	2028	2029
Fornecedores	20.026	20.026	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	369.044	84.843	53.886	81.899	76.777
Passivo de arrendamento	22.801	15.505	5.020	896	609
Instrumentos financeiros derivativos	2.810	2.810	-	-	-
Tributos parcelados	2.257	1.255	1.002	-	-
Outros passivos	9.960	9.960	-	-	-
	426.898	134.399	59.908	82.795	77.386

Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. iv) **Risco de taxa de juros:** A Companhia está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras, expostos, principalmente, à variação do CDI e do IPCA. A direção da Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas às suas dívidas. Abaixo são demonstrados os possíveis impactos no resultado e nos fluxos de caixa futuros da Companhia para cada cenário descrito a seguir: • Cenário I: apreciação de 10% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário II: apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável:

	2023	2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata	926	16,30%
Títulos e valores mobiliários	607	16,30%
Empréstimos e financiamentos	(4.455)	19,56%
Empréstimos e financiamentos	(2.299)	6,93%
Instrumentos financeiros derivativos - Swap de juros	1.397	19,56%

Fonte: A informação da CDI foi extraída da base da CETIP e o IPCA junto ao IBGE.
 v) **Risco cambial:** O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos da Companhia ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia está exposta ao risco cambial nas operações estrangeiras decorrente das diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e a respectiva moeda funcional da Companhia. A moeda funcional é o Real (R\$). As moedas nas quais as transações da Companhia são primariamente denominadas são: Real (R\$) e Dólar Americano (USD). A Companhia não realiza hedge accounting, e não possui política predefinida para realização de hedge de fluxo de caixa. As operações de hedge de fluxo de caixa são realizadas pontualmente de acordo com análise do fluxo de caixa para proteção dos contratos com liquidação futura em moeda estrangeira. Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real e USD contra todas as outras moedas em 31/12/2023, teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras. Abaixo são demonstrados os possíveis impactos no resultado e nos fluxos de caixa futuros da Companhia para cada cenário descrito a seguir: • Cenário I: apreciação de 10% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário II: apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável:

	2023	2022
Cotação do dólar (i)	4,8413	5,3252
Clientes exterior	2,286	229
Adiantamento a fornecedores externos (ii)	4.201	420
Fornecedores externos	(408)	(41)
ACC	(7.066)	(707)
Exposição (cobertura) Cambial	(987)	(99)
(i) Conforme cotação do dólar norte-americano pelo Banco Central do Brasil - BACEN. (ii) Adiantamento a fornecedores externos mencionado na NE 14 - Imobilizado. (vi) Gestão de capital: A política de gestão de capital da Administração é manter uma base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora a dívida líquida e sua relação com o capital próprio.		

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	(369.044)	(297.819)
Caixa e equivalentes de caixa	77.013	41.441
Títulos e valores mobiliários	46.531	22.367
Dívida líquida	(245.500)	(234.011)
Patrimônio líquido	(12.158)	10.654
Patrimônio líquido e dívida líquida	(257.658)	(223.357)

IR e CSL diferidos (não constituídos) sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias:
 Provisão para perdas de contas a receber: 278 (1.202)
 Atualização monetária: 1.598 (379)
 Receita diferida - adiantamento de clientes: 2.384 -
 Arrendamentos - IFRS 16: 3.852 -
 Provisão para impairment: (388) (4.031)
 Outras provisões: 570 (92)
8.294 (3.200)

Em 31/12/2023, a Solinftec possui créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de IR e CS e diferenças temporárias dedutíveis não contabilizados no montante de R\$110.923 (R\$96.727 em 2022). Os prejuízos fiscais e base negativa de CS não possuem prazos prescricionais e suas compensações estão limitadas a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. Os benefícios do IR e CS, no montante estimado de crédito tributário e diferenças temporárias dedutíveis, serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, uma vez que a Solinftec ainda não atende aos requisitos estabelecidos, por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

Contador	
Jefferson de Lima Belli - CRC 1SP212663/0-5	

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de

23. **Recita operacional líquida:**
Recita de vendas
 Venda de mercadorias: 25.805 23.032
 Venda de produtos fabricados: 11.694 11.234
37.499 34.266
Recita de prestação de serviços
 Licença de uso de softwares: 172.012 96.736
 Locação de equipamentos: 52.786 56.542
 Serviço de consultoria técnica: 17.598 7.525
 Outros serviços de manutenção e assistência técnica: 77 121
242.473 160.924
Deduções das vendas e prestação de serviços
 Devoluções de vendas: (5.970) (1.992)
 Impostos sobre vendas e prestação de serviços: (31.691) (22.028)
(37.661) (24.020)
Total da recita líquida
Recita bruta por vertical
 Cana-de-açúcar: 182.187 125.834
 Grãos & Fibras: 64.356 46.586
 Perenes: 18.918 12.506
 Outros: 14.511 10.264
279.972 195.190
Total da recita bruta
24. Despesas por natureza:
 Salários e encargos sociais: (60.972) (69.869)
 Benefícios a empregados: (19.726) (16.644)
 Licença de uso de softwares: (4.164) (4.137)
 Depreciação e amortização: